

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0025201138/2025 - SED.UIN.AEN

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Da necessidade

Os terrenos recentemente adquiridos pela Secretaria de Educação ainda encontra-se em fase de estudos quando sua finalidade, tais como p. ex. ampliações de unidades escolares ou construção de novas unidades

Ocorre que, considerando que atualmente são áreas que terão seu uso definido ao longo do tempo, conforme os projetos forem realizados e contratados para execução, neste meio tempo, a manutenção adequada dessas áreas é fundamental para prevenir riscos sanitários, como a proliferação de vetores de doenças (como o mosquito *Aedes aegypti*), que se proliferam em ambientes com vegetação alta e acúmulo de lixo. Além disso, a falta de limpeza regular pode favorecer a presença de animais peçonhentos, colocando em risco moradores de comunidades adjacentes, especialmente crianças e idosos. A intervenção imediata evita surtos de doenças e reduz gastos futuros com ações emergenciais de saúde.

Outro aspecto crítico é a segurança da população. Terrenos abandonados e com vegetação descontrolada tornam-se pontos vulneráveis, facilitando a ocultação de focos de incêndio, entulho perigoso ou até atividades ilícitas. A visibilidade reduzida em áreas malcuidadas pode aumentar a sensação de insegurança, afetando diretamente o bem-estar dos cidadãos. A roçada regular permite não apenas a monitoria eficaz desses espaços, mas também a criação de ambientes mais claros e acessíveis, inibindo práticas como descarte irregular de resíduos ou vandalismo.

Soma-se a isso o fato de que terrenos abandonados costumam ser utilizados como depósito irregular de resíduos, descartados por moradores ou até por empresas que burlam a fiscalização. A combinação de mato alto e lixo cria um cenário de degradação ambiental que desvaloriza a região, afasta investimentos e reforça a sensação de abandono por parte da população.

Há ainda a dimensão legal: a Prefeitura, enquanto proprietária, responde civilmente por danos causados por ausência de conservação. A Administração tem o dever de zelar pelo patrimônio — inclusive para evitar que ele se torne um problema para terceiros. Manter os terrenos limpos não é apenas uma questão de ordem urbana, mas uma obrigação jurídica. A falta de ação pode resultar em processos, multas e, em casos extremos, em responsabilização por eventuais acidentes.

Nesse sentido, é imprescindível a contratação de serviços especializados em roçadas, garantindo a limpeza e conservação desses terrenos, mantendo os locais limpos e seguros a todos aqueles que transitam nas proximidades, e que muitas vezes se tornam pontos críticos de acumulação de lixo e focos de doenças.

A Secretaria de Educação, em seu compromisso com a saúde pública e a qualidade de vida da população, identifica a necessidade urgente de contratar serviços de roçadas para os terrenos recentemente incorporados ao patrimônio público.

Por meio desses serviços (roçadas) é possível controlar a vegetação na altura apropriada evitando a proliferação de insetos e animais peçonhentos, assegurando as condições mínimas de higiene, segurança e saúde pública.

Considerando assim que a Secretaria de Educação não possui atualmente contrato para tal finalidade, nem mão-de-obra (servidores) e equipamentos para a realização destes serviços (com esta finalidade, nestes locais), uma contratação neste sentido o mais breve possível se faz necessária.

Resumidamente **a necessidade da contratação se dá pelo fato de se manter os imóveis de propriedade da Secretaria de Educação limpos e seguros para todos que transitam próximos ao local, evitando assim o acúmulo de lixo, pragas e focos de doenças, tendo assim como foco a saúde pública.**

Considerando os trâmites necessários para a contratação estima-se a execução a partir de **junho/2025**.

1.2 - Da(s) meta(s) no PME

Destaque-se ainda que, a presente contratação vêm alinhada com as **estratégias 7.5, da Meta 7** do Plano Municipal de Educação, **Lei Municipal nº 8.043/2015** que estabelece:

7.5. formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar; [...]

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

Ainda, considerando a **Instrução Normativa nº 03/2024** (0023970042), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), sendo assim **relativizada sua elaboração a partir do exercício de 2024:**

Assim, em que pese não haver PCA publicado ou até a demanda não prevista, não se observa há contrariedade a Lei ou mesmo empecilhos quanto a continuidade da contratação.

No mais, informamos que, muito embora não exista o Plano de Contratações Anual publicado para o ano de 2025, a contratação está prevista no plano de ações desta Secretaria.

Inclusive, a contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - **Processo 21.0.187194-1**.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos de contratação:

- Requisitos Mínimos

a) Roçada manual ou mecanizada de áreas: roçada realizada em terrenos públicos, com auxílio de ferramentas manuais ou roçadeira costal. Deve manter as características de roçada baixa, não ultrapassando a altura de 10 cm. Utilizar rede protetora para evitar o lançamento de detritos quando próximo da via pública. Inclui mão de obra e equipamentos para a execução da roçada, amontoa, carga, transporte e destinação do resíduo.

b) Para a execução de novas roçadas, a altura de referência a ser considerado é de até 1m (um metro) do nível do solo

Critério de medição: Somatório de áreas efetivamente roçadas no período, em metros quadrados.

c) Antes de iniciar os serviços, a CONTRATADA deverá fazer um registro fotográfico do local de realização do serviço. Igualmente, após a execução, fará o registro do serviço concluído. As fotos deverão ser datadas, para o preenchimento do Registro Diário de Obra.

d) A CONTRATADA deverá isolar e sinalizar adequadamente as áreas onde serão realizados os trabalhos.

e) Os serviços só poderão ser iniciados com as autorizações necessárias emitidas.

f) Deixar livre de restos/entulhos os locais de execução do serviço a cada período (final do dia).

g) O transporte de resíduos deverá ser feito mediante o registro de Manifesto de Transporte de Resíduo - MTR. A CONTRATADA deverá apresentar o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, devidamente preenchido, com a identificação e o aceite do local de destinação final dos resíduos, bem como o Certificado de Destinação Final do resíduo, em cumprimento à legislação ambiental.

g.1) O transporte e local de destinação dos resíduos gerados pelas roçadas, bem como sua comprovação junto a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da CONTRATANTE são de responsabilidade da CONTRATADA, devendo atender a todas as legislações ambientais vigentes;

h) Será admitido o transporte de resíduos de roçada e de limpeza para o aterro sanitário.

i) A CONTRATADA deverá apresentar o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, devidamente preenchido, com a identificação e o aceite do local de destinação final dos resíduos, bem como o Certificado de Destinação Final do resíduo, em cumprimento à legislação ambiental.

j) Todo material oriundo da execução do serviço de limpeza e roçada deverá ser ensacado e/ou disposto em caçambas para o transporte. A DMT (distância média de transporte) estimada em 30 Km (trinta quilômetros) entre a área roçada e a destinação final dos resíduos.

k) Em hipótese alguma será admitida a queima dos resíduos gerados.

l) É vedada a capina química ou qualquer outro método de eliminação de vegetação que não os previstos neste Memorial Descritivo.

m) Os profissionais que executarão este contrato deverão apresentar-se para o trabalho com todos os Equipamentos de Proteção Individual- EPI necessários à execução dos serviços.

n) A prestação dos serviços não é de dedicação exclusiva de mão de obra, não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Para tanto, a futura CONTRATADA deverá possuir a **equipe técnica**, em seu quadro um responsável técnico devidamente habilitado, para acompanhar a execução dos serviços a serem realizados, além de possuir quantidade suficiente de profissionais qualificados para atender a demanda da CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos.

Anota-se ainda que, constata-se como possível a **subcontratação** parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, sendo vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

No caso, ainda não se vislumbra impedidos a participação de empresas em **consórcio** para a presente contratação.

Quanto à garantia de execução contratual, considerando o objeto da contratação, para o presente caso é desnecessária, em virtude da prerrogativa prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto a **garantia do serviço** em si, considerando a baixa complexidade do objeto, a CONTRATADA deverá fornecer garantia de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Quanto a **critérios e práticas de sustentabilidade**, na execução do serviço deverão ser atendidos:

- Incentivar o uso de ferramentas manuais quando viável, reduzindo consumo de combustíveis.
- Optar por máquinas e ferramentas que utilizem tecnologias que minimizem a emissão de poluentes e o consumo de combustível.
- A Contratada realizar a gestão adequada dos resíduos gerados durante os serviços, promovendo a destinação correta.
- Planejar a destinação correta dos resíduos gerados durante a limpeza e roçada, evitando o descarte irregular e priorizando a compostagem.
- Ao realizar roçadas, priorizar técnicas que respeitem e preservem a flora local, evitando a remoção de espécies nativas e protegidas.
- Exigir que a empresa contratada ofereça capacitação aos seus funcionários sobre práticas sustentáveis e a importância da

conservação ambiental.

- Proibir a queima dos resíduos vegetais, conforme legislação ambiental.
- Priorizar técnicas de roçagem seletiva, mantendo a cobertura vegetal necessária para equilíbrio ecológico.
- Definir altura mínima de corte para preservar cobertura vegetal e evitar erosão.
- Contratada estabelecer manutenção preventiva dos equipamentos para maior eficiência
- Estabelecer horários de trabalho que minimizem perturbação da fauna e comunidade vizinha ao(s) imóvel(is).
- Priorizar contratação de trabalhadores da comunidade (gerando emprego e renda local), que incentiva o desenvolvimento regional.
- Atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução.
- Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

Neste sentido relevante que, para **habilitação** do(s) proponente(s) deverão apresentar comprovação de que tenha executado serviços **de roçada manual ou mecanizada de áreas**, com características compatíveis com o objeto dessa licitação, que corresponde a **20% (vinte por cento)** do total a ser executado, ou seja, **280.000,00 m²** de execução de serviços de limpeza e roçada de áreas.

Outro ponto, com relação ao art. 69, da Lei nº 14.133/2021, este objetiva permitir que os licitantes demonstrem e garantam que possuem **aptidão econômica** suficiente para assumir os encargos decorrentes da contratação licitada, com a apresentação do balanço patrimonial relativo aos dois últimos exercícios sociais. A metodologia estabelecida para a aferição dessa condição financeira mínima, de longe, para a presente contratação não se demonstra efetiva ou vantajosa, visto que limita os participantes, principalmente as micro e pequenas empresas, sendo forte causador de licitações fracassadas e desertas, para o objeto.

No caso, a **prestação de serviços** pretendida em suma é realizada por empresas de pequeno porte, que por norma são dispensados de produzir o balanço patrimonial, com fulcro no Código Civil em seu § 2º do art. 1.179, bem como nos termos do art. 26 da LC n. 123/06. Essa exceção é justificada pelo fato de que as microempresas e empresas de pequeno porte possuem características distintas das grandes empresas, como menor estrutura financeira e menor capacidade de produção. Dessa forma, a exigência de balanço patrimonial para esse tipo de empresa poderia criar uma barreira à participação delas, inclusive em processos licitatórios, contrapondo o princípio da isonomia e dificultando a competição.

O balanço patrimonial é um documento próprio e específico regulamentado pela ordem jurídica, que somente pode ser tomado como eficaz após elaborado e apresentado por profissional competente e registrado na Junta Comercial. A elaboração de tal documento requer um investimento econômico que consome grande parte do lucro auferido na licitação, tornando-a desinteressante aos olhos do fornecedor, que a priori, é dispensado da escrituração contábil por força de Lei.

Conforme consta no o Art. 37 da Constituição Federal, em inciso XXI os princípios que devem reger as contratações públicas:

Art. 37 (...)

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica **indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (grifo nosso)*

Aliás, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem se posicionado no sentido de que a exigência de balanço patrimonial em editais de licitação pode ser dispensada, desde que outras formas de comprovação da capacidade econômico-financeira sejam aceitas. Em Acórdão nº 2.233/2017, o TCU afirmou que:

A exigência de apresentação de Balanço Patrimonial em editais de licitação não é obrigatória, podendo ser substituída por outros documentos que comprovem a capacidade econômico-financeira do licitante, desde que sejam suficientes para avaliar a sua saúde financeira e capacidade de honrar os compromissos assumidos no contrato.

O TCU também reconhece que a exigência de balanço patrimonial pode ser desproporcional em casos de licitações de pequeno valor. Argumentos contra a exigência de balanço patrimonial

- **Desproporcionalidade:** A exigência de balanço patrimonial pode ser desproporcional em licitações de pequeno valor, pois o custo de obtenção do documento pode ser superior ao valor do contrato.
- **Dificuldade de obtenção:** Em alguns casos, as empresas podem ter dificuldade em obter o balanço patrimonial, especialmente as micro e pequenas empresas.
- **Risco de fraude:** O balanço patrimonial pode ser facilmente fraudado, o que não garante a real capacidade econômica da empresa.
- **Existência de outros documentos:** Existem outros documentos que podem comprovar a capacidade econômico-financeira da empresa, como certidões negativas de débitos e extratos bancários.

Já o Superior Tribunal de Justiça (STJ) também tem se posicionado no sentido de que a exigência de balanço patrimonial em editais de licitação pode ser dispensada, desde que outras formas de comprovação da capacidade econômico-financeira sejam aceitas. Em Recurso Especial nº 1.747.308/SP, o STJ afirmou que:

A exigência de apresentação de Balanço Patrimonial em editais de licitação não é obrigatória, podendo ser substituída por outros documentos que comprovem a capacidade econômico-financeira do licitante, desde que sejam suficientes para avaliar a sua saúde financeira e capacidade de honrar os compromissos assumidos no contrato.

Segundo o professor Ronny:

A Lei 14.133/2021 estabeleceu requisitos para avaliação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, impondo caráter limitativo ao rol apresentado. Disso derivam duas assertivas: em primeiro, resta proibida a apresentação de requisitos não previstos pela legislação. Em segundo, esse rol é apresentado como limite restritivo máximo, de forma que **no caso concreto, o certame pode exigir ou até tornar necessária a**

apresentação reduzida de tais requisitos. Tudo isso porque, conforme norte dado pela Constituição, notadamente no inciso XXI do caput do art. 37, as exigências de qualificação técnica e econômica devem ser apenas aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. " (LOPES TORRES, 2023, p. 407, grifo nosso)

Por sua vez, os arts. 69 e 70 da Lei 14.133/2021 indicam os seguintes parâmetros para aferição da qualificação técnica e econômica:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

(...)

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). (grifo nosso)

Por sua vez, resta definido no Art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021 a seguinte definição de "entrega imediata":

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

Assim, para as contratações cujo prazo de execução seja realizada no **prazo de 30 (trinta) dias** do pedido da Administração, há que ser considerada como imediata, e por via de consequência, dispensável a exigência de qualificação financeira por decisão fundamentada da Administração.

Aliás, a a exigência do balanço patrimonial em processos licitatórios é regra, entretanto, existe alguns casos onde são autorizadas a sua dispensa, conforme estabelece o Decreto Federal 8.538/15:

*Art. 3º Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, **não será exigida** da microempresa ou da empresa de pequeno porte **a apresentação de balanço patrimonial** do último exercício social. (grifo nosso)*

Ainda há previsão na **IN 03/2024/SAP** a respeito:

Art. 104 [...]

*§ 2º Nos casos de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da Autorização de Fornecimento, contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, e para os demais casos previstos no inciso III do art. 70 da Lei 14.133/2021, mediante justificativa, **poderá ser dispensada a comprovação da habilitação econômico-financeira**, sendo exigidas a certidão de regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como a comprovação do cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. (grifo nosso)*

Em se tratando inclusive de serviços comuns, como é o objeto da contratação, é possível se aplicar o conceito de "entrega" imediata do Art. 6º da Lei 14.333/2021.

De acordo com o dispositivo constitucional e infralegal, cabe à equipe de planejamento indicar para a contratação, de acordo com o histórico das licitações anteriores, a melhor forma de aferir a qualificação técnica e econômica dos licitantes, ponderando caso a caso, de forma a indicar tão somente a documentação estritamente necessária e indispensável para a garantia do cumprimento das obrigações.

Deste modo, aferir a qualificação econômico-financeira dos licitantes pela apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos anos, para a presente contratação é de pouca utilidade prática e de baixíssima efetividade, e, acarreta o prejuízo direto à Administração, que, por sua vez, resta deficiente do produto necessário para a continuidade de suas atividades, alijando uma série de proponentes que poderiam contratar com a Administração com o melhor preço.

A contratação ora pretendida é por **sistema de registro de preços**, cuja demanda é futura e eventual, não resultando em compromisso para a Administração da contratação da integralidade do quantitativo indicado. Ainda, há outros instrumentos previstos no Edital, capazes de aferir a qualificação do fornecedor/prestador que é o atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto da contratação.

Em caso de eventual descumprimento, há também a possibilidade de impor ao contratado as sanções previstas em Lei, cuja certeza e efetividade das punições torna desinteressante a participação de licitantes que porventura na execução contratual não venham a deter a capacidade necessária.

Assim a dispensa da exigência da apresentação do balanço patrimonial oportuniza a Administração a alcançar uma contratação com maior efetividade, em cumprimento ao dispositivo constitucional, que atenda suas necessidades, bem como garante o cumprimento dos princípios administrativos, tais como competitividade, isonomia, razoabilidade, economicidade dentre outros.

Neste sentido, a Administração Pública deve agir com razoabilidade e proporcionalidade em suas decisões. A exigência de um documento que não é essencial para a comprovação da capacidade da empresa pode ser considerada desproporcional e violar o princípio da razoabilidade.

A Administração Pública deve promover a competitividade entre as empresas. A exigência de um documento que aumenta os custos de participação na licitação pode reduzir a competitividade.

A Administração Pública deve buscar a melhor relação custo-benefício em suas contratações. A exigência de um documento que não é essencial para a comprovação da capacidade da empresa pode aumentar os custos da licitação sem trazer benefícios significativos.

Quanto aos parâmetro(s) para o cálculo do valor estimado da contratação, estão de acordo com o previstos no **art. 23, § 2º da Lei nº 14.133/2021** e **art. 67 da Instrução Normativa nº 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo que a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos farão parte (em documento próprio) do processo de Requisição de Compras.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

- 4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades serão obtidas, de modo geral, considerando-se:
- a) Área (m²) dos terrenos recentemente adquiridos pela Secretaria de Educação, ainda sem construção. Hoje estimado em 325.000 m²;
 - b) Frequência média: 4x por ano (1.300.000 m²);
 - c) Acréscimo na quantidade para eventuais novas áreas a serem adquiridas (100.000 m²);
 - d) Disponibilidade orçamentária.

4.2 - Sendo assim definido para a presente contratação:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Código e-Pública
1	1.400.000	m²	41.787 - Roçada manual ou mecanizada de áreas

4.3 - Destaque-se também que, para esta contratação a modalidade mais adequada é o Sistema de Registro de Preço (SRP), pois possibilitará a contratação dos serviços na medida em que for(em) necessário(s), ao longo da Ata/Termo de Contrato. Pois fatores como calor e excesso de chuvas influencia diretamente no crescimento da vegetação. Podendo assim influenciar na frequência necessária.

Para este caso, assim, por oportuno se adotar o Sistema de Registro de Preço (SRP) como o mais adequado, consonante ao disposto art. 82 e ss. Lei nº 14.133/2021.

Bem como cumulativamente o disposto no **art. 3º**, do **Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023**:

- Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*
- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*
 - II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*
 - III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*
 - IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou*
 - V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Entre as alternativas para soluções disponíveis de mercado, podemos citar:

a) Própria Secretaria de Educação executar os serviços de limpeza e roçada

A Secretaria não possui mão-de-obra para execução do serviço. Não há servidores, nem suficientes, muito menos capacitados para executarem os serviços técnicos de execução do serviço de limpeza e roçada dos terrenos

Outro fato é que a Secretaria não possui contrato de mão-de-obra (terceirizada) para tal finalidade.

Registre-se ainda que, a Secretaria não possui os EPIs, ferramentas e equipamentos para tal uso, o que necessitaria de processos licitatórios para a contratação.

Ainda há que se considerar a necessidade de manutenção das ferramentas e equipamento ao longo do tempo, o que traria custos à Administração.

Assim, em que pese num primeiro momento se demonstrar com uma alternativa mais barata, considerando a necessidade das contratações para a sua execução, não seria interessante para a Administração Pública.

b) Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de limpeza e roçada

Demonstra-se a solução mais viável de momento.

Considerando o apontado no item anterior, a contratação de uma empresa especializada com mão-de-obra qualificada, bem como equipe técnica suficiente trazem viabilidade a esta solução visando o atendimento ao interesse público o mais breve possível.

Pois desta forma, caberá a futura contratada a aquisição e manutenção das ferramentas, equipamentos e EPIs, bem como a contratação de mão-de-obra para execução das atividades previstas.

A expertise, conhecimento técnico trarão qualidade, agilidade e eficiência para a realização do serviço.

c) Parcerias / doações

Uma das alternativas poderia ser receber doações ou se estabelecer parceria com empresas, fundações ou organizações.

Todavia, em contraponto, cria-se uma dependência de terceiros para os serviços. Fora o fato de que, depender apenas e tão somente da "boa vontade" de terceiros, esta pode cessar a qualquer momento.

O que gera ainda a necessidade de se estabelecer relacionamentos duradouros e sólidos junto aos potenciais parceiros.

Outro consideração é o fato de que, pode-se sofrer limitações nas opções e volume de contratações e serviços prestados, devido as preferências dos parceiros, bem como de sua disponibilidade orçamentária para esta finalidade.

Muitas vezes, inclusive a qualidade e quantidade podem ser incertas.

Pode ainda haver a necessidade de aportes de recursos públicos para garantir o pleno atendimento da necessidade.

d) Compras/contratações unificadas municipais e compras compartilhadas em consórcios

Quanto as compras unificadas internas do Município, esta poderia ser uma solução. Entretanto, não há de momento grupo de compras para este objeto, estando assim prejudicada esta solução.

Quanto as compras compartilhadas, considerando que o Município de Joinville optou em participar de licitações compartilhadas junto aos Consórcio CIM-CATARINA e CIM-AMUNESC, esta também poderia ser uma alternativa. Entretanto, ressalte-se que, esta é um prerrogativa, não uma obrigação.

No mais a contratação objeto da presente contratação é por demais específica, o que assim, prejudicaria uma compra compartilhada junto aos Consórcios por estes priorizarem compras que possam abranger mais Municípios simultaneamente.

Há como vantagens a participação, o aumento da economia de escala potencializada pela contratação de aquisição de bens ou contratação de serviços em um único processo licitatório acompanhado dos custos operacionais, ganho em escala, padronização, entre outros

Todavia, há um outro lado, outras questões a serem abordadas, como p. ex.:

- Complexidade na gestão: A participação em um consórcio exige uma gestão eficiente e coordenada entre os membros participantes. Isso pode apresentar desafios adicionais, pois envolve a coordenação de interesses, tomada de decisões conjuntas e resolução de conflitos. A falta de uma gestão adequada pode levar a atrasos e problemas operacionais.
- Dependência de outros membros: Os resultados das licitações podem depender do desempenho e da contribuição de outros membros do consórcio. Se um ou mais membros não cumprirem suas responsabilidades adequadamente, isso pode afetar negativamente a eficácia e a eficiência das licitações.
- Menor flexibilidade: Participar de um consórcio pode exigir que os órgãos públicos sigam determinadas regras e regulamentos estabelecidos pelo consórcio. Isso pode resultar em uma menor flexibilidade na condução das licitações, impedindo que os órgãos públicos adotem abordagens mais personalizadas ou específicas para suas necessidades individuais.
- Possíveis conflitos de interesse: Dependendo da composição do consórcio, pode haver conflitos de interesse entre os membros. Isso pode surgir quando os membros têm interesses concorrentes ou diferentes prioridades. Tais conflitos podem prejudicar a objetividade e a imparcialidade das licitações.
- Complexidade na gestão de contratos: A administração e a gestão de contratos podem se tornar mais complexas em um consórcio, especialmente quando há a participação de vários membros. Coordenar as obrigações contratuais, as responsabilidades e as expectativas de todos os membros requer uma gestão eficiente e uma comunicação clara.
- Restrições de autonomia: Participar de um consórcio pode implicar em restrições à autonomia dos órgãos públicos. Isso ocorre porque as decisões sobre as licitações podem precisar ser tomadas de forma conjunta, considerando os interesses e necessidades de todos os membros. Isso pode limitar a flexibilidade e a independência dos órgãos públicos.
- Riscos compartilhados: Ao aderir a um consórcio, as entidades participantes compartilham os riscos associados aos projetos licitados. Isso significa que, se um dos membros do consórcio enfrentar problemas financeiros, técnicos ou legais, todos os outros membros também serão afetados. É importante realizar uma análise cuidadosa dos riscos envolvidos e estabelecer mecanismos adequados para mitigá-los.
- Dependência dos membros: Os consórcios dependem da participação ativa e comprometimento dos membros para alcançar seus objetivos. Se um ou mais membros não cumprirem suas obrigações ou retirar-se do consórcio, isso pode afetar negativamente a continuidade e a efetividade das licitações em andamento. Portanto, é essencial selecionar cuidadosamente os membros e estabelecer acordos claros sobre as responsabilidades e obrigações de cada um.
- Possíveis atrasos: Devido à natureza colaborativa dos consórcios, pode haver atrasos no processo de tomada de decisão. A necessidade de consulta e consenso entre os membros pode prolongar o tempo necessário para finalizar as etapas do processo licitatório. Isso pode ser problemático em situações em que é exigida uma resposta rápida ou quando há prazos rígidos.

Cabe destacar neste sentido que, o gestor público dispõe de competência discricionária para escolher entre promover a licitação ou aderir a um registro de preços já existente. [Adesão à ARP: "Pegar carona" é recomendável ou reprovável? Acesso em: 10/04/2024. Disponível em: https://egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Adesao-a-ARP_-Pegar-carona-e-recomendavel-ou-reprovavel.pdf]

Dito isto, por oportuno ressaltar e frisar que, deve-se analisar se a municipalidade possui capacidade tanto de pessoal como técnica para realizar a contratação do objeto em questão. O que no nosso caso é possível, sem quaisquer prejuízos.

Há de se observar ainda, que, visado não prejudicar os demais consorciados se o interesse fora antecipado ao Consórcio quando da construção do processo licitatório.

Considerando o lapso de tempo, sendo um dos principais fatores a serem observados quanto as contratações públicas, a análise da vantajosidade à adesão a contratações compartilhadas junto aos Consórcios, sendo estas uma solução efetivamente válida ao atendimento à necessidade pública, esta análise seria válida junto a Atas de Registro de Preços ou Contratos já vigentes, pois processos ainda em tramitação estaria concorrendo em pé de igualdade a elaboração de processo licitatórios internos ao Município (ou não, pois a municipalidade pode agilizar a construção conforme sua necessidade e por ser gestora do processo como um todo, tornando-o assim mais célere em comparação a licitação compartilhada), pois da mesma forma gera incertezas de quando do efetivo atendimento da demanda, de valores (homologados) e inclusive de prazos de sua disponibilidade, não se demonstrando assim vantajosidade ao Município. Sem contar o fato de que, diante a, até então, ausência de facilidade de acesso a essas informações antecipadamente, prejudica a análise do gestor público. E o interesse público não pode esperar.

Outro ponto a ser abordado é a questão de que, em consulta as Atas de Registro e Preços, Contratos disponíveis e vigentes não se

vislumbrou contratações com o objeto da presente contratação, sequer similar, o que assim resta prejudicada de determinada forma a adesão.

No caso, ainda relevante registrar e se observar o Princípio Constitucional da Autonomia Municipal, previsto na Constituição Federal. A Constituição Federal, em seu art. 30, confere aos municípios autonomia para legislar e administrar seus assuntos locais. Essa autonomia implica na capacidade de os municípios decidirem sobre suas contratações de acordo com suas particularidades e necessidades. A adesão irrestrita a Atas de Registro de Preços de um Consórcio poderia limitar essa autonomia, tornando o município dependente de decisões centralizadas que podem não atender adequadamente à realidade local.

Aliás, a Administração Pública deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Ao analisar a adesão a uma contratação compartilhada de um Consórcio, é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, bem como se as condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município. Assim, considerando a Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, o previsto em seu art. 23, § 1º, as contratações agora, não se resumem ao "menor preço", mas ao "melhor preço", ou seja, a análise não se fundamenta apenas na economicidade da contratação, mas há um conjunto de outros fatores (prazos, especificações técnicas, exigências documental, dentre outros).

Inclusive pode-se vislumbrar que há (fora dos Consórcios) mercados mais competitivos ou condições mais favoráveis, o que justificaria a não adesão à ata dos Consórcios.

Outro ponto que merece ser anotado é que, a adesão aos Consórcios, traz ao Município, inclusive, custos adicionais (contrato de rateio, dentre outras despesas administrativas).

Merece destaque também que, em que pese haver, aparentemente, o cumprimento dos ditames legais por parte dos Consórcios, estes não atendem em sua plenitude ou na maioria das vezes as exigências das contratações aqui do Município, seja desde o procedimento de estruturação, construção do processos de compras, bem como da parte licitatória (e Edital), o que poderia gerar eventuais inseguranças jurídicas. Assim a não adesão a uma contratação compartilhada de um Consórcio pode ser justificada pelo objetivo de garantir a qualidade e a integridade dos produtos e serviços contratados pelo Município. Por vezes, ainda as contratações através dos Consórcios podem englobar uma ampla gama de fornecedores e produtos, nem sempre passando por rigorosos processos de seleção e avaliação conforme é realizado aqui no Município. Assim, ao realizar contratações independentes, o Município pode estabelecer critérios mais rigorosos de seleção, buscando garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados, bem como a idoneidade das empresas envolvidas.

Em que pese termos a figura do Consórcio ser algo "maior" que o Município, que poderia angariar maiores vantagens (principalmente financeira, muito devido as quantidades a contratar) ainda não se vislumbra dessa forma, no qual os procedimentos de contratação merecem um melhor amadurecimento. Justifica-se assim, a não adesão uma vez que ainda se identifica fragilidades, riscos significativos associados a essas contratações. Isso pode incluir riscos relacionados à qualidade dos produtos ou serviços, capacidade dos fornecedores em atender às demandas necessárias (em tempo) ou até mesmo riscos de imprevistos contratuais. Desta forma, ao realizar contratações independentes, o Município pode adotar medidas de mitigação de riscos mais adequadas à sua realidade e necessidades, protegendo seus interesses e evitando problemas futuros.

Há que se notar ainda a questão de inflexibilizar a gestão do Município quanto a gerir suas contratações, pois estas seriam deixariam de estar no controle da municipalidade, podendo haver prejuízos, principalmente quanto ao atendimento em tempo das demandas, que muitas vezes são imprevíseis e surgem ao longo do ano. Assim, a não adesão à contratação compartilhada de um Consórcio permite que o Município tenha mais flexibilidade na gestão de suas contratações. A adesão a uma ata de um consórcio implica em estar vinculado aos fornecedores e condições preestabelecidas no momento da Ata, o que pode limitar a capacidade do município de responder a mudanças e adaptações necessárias ao longo do tempo.

Cabe destacar ainda que, cada Município tem necessidades específicas em termos de especificações técnicas (dos produtos, serviços, obras) que deseja adquirir que na maioria das vezes não é compatível com os demais. Se a contratação compartilhada do Consórcio não contemplar todas essas especificações técnicas específicas, o Município pode justificar sua não adesão com base na necessidade de atender a requisitos técnicos particulares. O que é o caso.

Por sua vez a não adesão à contratação compartilhada pode ser justificada com base na necessidade de garantir a transparência e o controle do processo de contratação pública. Ao realizar contratações independentes, o Município tem maior controle sobre o processo (como um todo, desde seu início até sua conclusão), podendo adotar medidas adicionais para assegurar a lisura e a transparência em todas as etapas. Isso inclui a elaboração de editais de licitação, a realização de julgamentos transparentes e a publicidade adequada dos resultados, fortalecendo a credibilidade e a confiança na Administração Municipal.

Inclusive a não adesão à contratação compartilhada pode ser justificada quando o Município identifica riscos significativos associados à adesão. Isso pode incluir riscos relacionados à qualidade dos produtos ou serviços, capacidade dos fornecedores em atender às demandas necessárias ou até mesmo riscos de imprevistos contratuais. Ao realizar contratações independentes, o Município pode adotar outras medidas de mitigação de riscos mais adequadas à sua realidade e necessidades, protegendo seus interesses e evitando problemas futuros.

Ao não aderir a uma contratação compartilhada de um consórcio, o Município pode promover a concorrência entre fornecedores, principalmente dos locais. Isso pode estimular a economia local, fomentando o desenvolvimento de empresas e empreendedores locais, além de possibilitar a contratação de produtos e serviços com características específicas da região, o que pode contribuir para a identidade e o crescimento econômico do Município. Outro ponto é que estes (Consórcios) podem limitar a concorrência e reduzir a possibilidade de obter preços mais competitivos, principalmente junto ao mercado local. Isso pode limitar a capacidade do Município de buscar soluções mais eficientes e adequadas para suas demandas específicas, especialmente considerando as particularidades socioeconômicas, culturais e geográficas de cada localidade. Aliás, a centralização de compras no consórcio inviabiliza o estímulo à livre concorrência e à economia regional.

Aliás, a não adesão à Atas de Registro de Preços dos Consórcios permite que o Município busque soluções mais adequadas e personalizadas, considerando suas particularidades e visando a prestação de serviços de maior qualidade aos cidadãos.

Há ainda junto as documentações dos Consórcios, em que não há obrigatoriedade de sua participação, conforme Termo de Uso de Licitações Partilhadas do CINCATARINA - TU139/01:

[...]

1. ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO

[...] *poderão participar do Projeto de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA. (grifo nosso)*

Por sua vez o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação):

Art. 3º - Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, entre outros, poderá:

[...]

XIII - Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, podendo entre outros:

a) Realizar licitações compartilhadas em favor dos entes consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos entes consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os entes da federação;

No caso do Protocolo de Intenções do CIM-AMUNESC:

Cláusula 14 [...]

Parágrafo único: Para a consecução da gestão associada, os Municípios podem delegar ao Consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento de seus objetivos, objeto e finalidades do Consórcio. (grifo nosso)

Ou seja, em ambos, não se constata a obrigatoriedade de adesão as contratações dos Consórcios ou que estes tenham que realizar as contratações pelos municípios.

Em regra o Município faz parte, porém, isso não gera a obrigação de participar das licitações ou de aderir as suas Atas de Registro de Preços.

Da mesma forma, ambos os instrumentos de adesão respeitam a autonomia do entes federativos consorciados em seu bojo.

Diante do exposto, cumpre registrar que, a participação à adesão a contratações através dos Consórcios perpassa pela análise de oportunidade e conveniência do gestor público. Principalmente quanto da oportunidade em condições principalmente em que o Município se veja desabastecido (ou em necessidade urgente e que já haja Ata vigente) ou que não tenha condições por si só de realizar suas contratações. O que não é o caso da presente contratação.

e) Contratação contínua x Sistema de Registro de Preços

No caso, em que pese ter a sensação do mesmo representar um serviço contínuo, considerando que, enquanto houve considerando que busca-se de forma breve determinar os objetivos destes imóveis, não se torna interessante ao caso fazer uma contratação contínua, mas sim um registro de preços, pensando que a qualquer momento a quantidade pode alterar. Outro fator é a questão da sazonalidade e condições climáticas, em épocas mais quentes e chuvosas há uma maior necessidade de frequência de corte, ao contrário p. ex. em épocas frias e de estiagem.

Assim o registro de preços representa a melhor forma de contratação para o objeto desta contratação.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO: Diante das opções de mercado apresentadas, comparando-se as soluções encontradas no mercado, de forma objetiva, a mais vantajosa para a Administração Pública sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência é a contratação de empresa especializada para a realização do serviço de roçada nos terrenos adquiridos pela Secretaria de Educação, através do Sistema de Registro de Preço.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores referenciais para o presente processo de contratação, bem como suas memórias de cálculo, estarão discriminados no presente processo, junto aos documentos que compõem a contratação:

6.1.1 - Planilha Orçamentária Sintética;

6.1.2 - Planilha Orçamentária Analítica;

6.1.3 - BDI - *Benefícios e Despesas Indiretas*;

No caso, os valores estimados para a contratação tiveram por base os parâmetros contidos na **art. 67 da IN nº 03/2024/SAP** e art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

No caso, considerando que o ETP é um estudo preliminar, as devidas justificativas quanto os parâmetros utilizados para formulação do valor estimado, este será juntado, no momento oportuno ao processo em documento singular, tratando sobre.

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de **R\$ 756.000,00.**

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Considerando os elementos tragos ao presente documento, e baseando-se na necessidade, no histórico de contratações, na descrição do serviço amplamente utilizado no mercado e necessários a qualquer órgão público ou particular na gestão de imóveis, conclui-se que a solução como um todo para atendimento do serviço é a contratação de empresa especializada para a realização do serviço de roçada nos terrenos adquiridos pela Secretaria de Educação, através do Sistema de Registro de Preço.

7.2 - Quanto as especificações, detalhamentos, prazos e garantias estão dispostos nos demais itens deste ETP.

7.3 - O objeto da presente contratação atende aos requisitos disposto em Lei nº 14.133/2021 (**art. 85**), ou seja, trata-se de (i) um serviço padronizado; (ii) não possui complexidade técnica e operacional, bem como (iii) há uma necessidade permanente / frequente do serviços a ser contratado. Neste sentido, cumpre esclarecer que, o objeto da presente contratação é padronizado, sem complexidade técnica e operacional, pois pode-se constatar isso através do descritivo do item que compõe a contratação, ou seja, possuem especificações padrões de mercado. Ainda relevante constar que, a necessidade é permanente / frequente, considerando as aquisições de imóveis por parte da Secretaria de Educação que necessitam de manutenção. Entretanto, a demanda não é fixa, pois os quantitativos necessários variam ao longo do ano, por este motivo se amoldar melhor ao Registro de Preços.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Analisando o objeto, concluímos pela inviabilidade de sua divisão, tanto economicamente quanto tecnicamente.

A decisão de não parcelar a licitação para a contratação de serviços de roçada de terrenos, optando por um único prestador de serviços, fundamenta-se em critérios técnicos, econômicos e operacionais.

A contratação de um único prestador garante padronização na execução do serviço, evitando divergências técnicas (como alturas distintas de corte, métodos inadequados ou uso de equipamentos não compatíveis) que poderiam ocorrer com múltiplos contratados. Isso é especialmente crítico em áreas contíguas ou de grande extensão, onde a falta de uniformidade comprometeria o resultado final e a segurança do local.

O parcelamento da licitação implicaria em um aumento de custos com gestão contratual (monitoramento, fiscalização e medição de desempenho de vários prestadores). Haveria também a perda de economias de escala, já que um único contratado pode otimizar a logística, reduzindo despesas com deslocamento, combustível e tempo ocioso.

Com um único prestador, há clareza na responsabilização por eventuais falhas.

A contratação única permite planejamento integrado das atividades, evitando interrupções decorrentes de coordenação entre diferentes empresas. Isso é essencial em serviços sazonais ou emergenciais.

Assim, não haverá perda de economia de escala, bem como de igual forma, não haverá comprometimento técnico e econômico no caso, pelo contrário, considerando a necessidade da realização do serviço, o parcelamento poderá prejudicar o resultado final pretendido.

A não fragmentação da licitação alinha-se ao **princípio da eficiência administrativa** e à busca pelo melhor custo-benefício, assegurando serviço contínuo, economicamente viável e tecnicamente adequado.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade da existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste documento.

Com a presente contratação busca-se o melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros, mostrando-se, portanto, a solução como positiva economicamente para o Município e Secretaria da Educação. Além das vantagens de ganho de tempo, com a contratação de uma empresa especializada devidamente homologada, nota-se a melhoria dos resultados e adequação ao atendimento da população.

No caso, elencamos abaixo **de forma expressa os resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.**

Melhor aproveitamento dos recursos humanos:

- A definição clara de perfis profissionais (operadores de máquinas, auxiliares, supervisores) evita desperdícios de tempo e esforço, garantindo que cada colaborador atue em funções compatíveis com suas habilidades.
- Contratar empresas com expertise em manuseio de equipamentos específicos (como roçadeiras de alto desempenho) reduz erros e retrabalhos, garantindo maior produtividade.
- A Contratada realiza treinamentos periódicos sobre uso de equipamentos, segurança e técnicas sustentáveis aumentam a produtividade e reduzem riscos de acidentes, minimizando afastamentos.
- Serviços mais rápidos e bem executados, evitando reclamações da população.
- As empresas especializadas utilizam equipamentos modernos e eficientes, o que aumenta a qualidade e a rapidez dos serviços.
- Os servidores públicos poderão focar em atividades estratégicas e de fiscalização, em vez de executar diretamente as roçadas.
- Menor exposição dos servidores a riscos ocupacionais (acidentes com ferramentas, animais peçonhentos, etc.)
- Eliminação da necessidade de treinamentos específicos para operação de equipamentos.

Melhor aproveitamento dos recursos materiais:

- Ao programar as atividades de roçada, é possível otimizar o uso dos equipamentos, garantindo que sejam utilizados de forma adequada e evitando desgaste desnecessário.
- Com a contratação de serviços, é possível garantir que os equipamentos sejam utilizados de maneira adequada e em boas condições, evitando quebras e desgastes excessivos.
- Não será necessário adquirir e manter equipamentos como roçadeiras, EPIs e ferramentas.
- Otimização do espaço físico, sem necessidade de área para guardar materiais e equipamentos.
- Um planejamento adequado permite que os insumos necessários para as roçadas sejam utilizados de forma eficiente, reduzindo desperdícios e contribuindo para uma gestão mais sustentável.
- Um cronograma bem definido permite programar manutenções regulares dos equipamentos, aumentando sua vida útil e eficiência.
- A contratação de profissionais experientes pode incluir a realização de manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos, prolongando sua vida útil e garantindo um serviço de qualidade.

- A roçada frequente, garante uma redução quanto a necessidade de manutenções mais robustas. Evitando a necessidade de roçadas mais intensas, que demanda maior número de colaboradores, maior número de caçambas para retirada de materiais, utilização de máquinas, por exemplo.
- O clima úmido do município de Joinville e a grande incidência de chuvas ao longo do ano impede a realização de serviços de roçada e também contribui para a propagação e crescimento da vegetação. Deste modo, a limpeza e a roçada frequente, podem intervir e retardar o crescimento acelerado da vegetação e consequentemente diminuir a incidência do surgimento de pragas e vetores.

Melhor aproveitamento dos recursos financeiros:

- A combinação de mão de obra qualificada, equipamentos bem conservados e planejamento técnico diminui gastos com horas extras, multas por atrasos e retrabalhos.
- A execução de limpeza e roçada de terrenos, contribui para o processo de manutenção dos lotes, garantindo maior segurança e evitando a proliferação de pragas e outros animais. Isso pode resultar em economia e redução nos custos operacionais a longo prazo.
- No mesmo sentido, com a contratação, há a preservação de patrimônio público. Ambos assim gerando resultados positivos quanto a redução de gastos com manutenções frequentes nos terrenos.
- Redução de custos com manutenção e reposição de equipamentos.
- Pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.
- Economia de escala, já que empresas especializadas têm melhor produtividade.
- Redução de custos com afastamentos e substituições de pessoal.
- Menor investimento em infraestrutura de apoio.

Ou seja, tudo isso agrega, quanto a melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e de economicidade ao final.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há necessidade de providências adicionais.

A Secretaria de Educação dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

Desta forma, não há, num primeiro momento, ações que devem ser executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações interdependentes necessárias ao objeto da presente contratação.

Não há compras unificadas, a nível municipal ou a nível de Atas ou Contratos vigentes com mesmo objeto perante aos consórcios (CINCATARINA e CIM-AMUNESC) no qual o Município faz parte.

Há contratação correlata, com objeto similar, através do **Pregão nº 425/2023 da SEINFRA (0020769909)**.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Impactos ambientais

- A roçada pode remover vegetação nativa, afetando a fauna local e reduzindo a biodiversidade. A roçada pode eliminar diversas espécies de plantas e animais, incluindo insetos, répteis, anfíbios e mamíferos que dependem da vegetação para abrigo, alimentação e reprodução.
- A remoção da vegetação pode levar à erosão, especialmente em áreas inclinadas, aumentando o risco de deslizamentos.
- Equipamentos motorizados podem emitir poluentes atmosféricos e contribuir para a poluição sonora.
- A remoção da vegetação pode reduzir a capacidade de filtragem do ar, aumentando a concentração de poluentes.
- A remoção indiscriminada de vegetação pode favorecer o surgimento de pragas e doenças.
- O descarte inadequado de galhos e folhagem pode gerar lixo orgânico em aterros ou queimadas ilegais.
- Dispersão de sementes de espécies invasoras.
- Alteração da paisagem natural.

12.2 - Medidas mitigadoras

- Realizar um planejamento cuidadoso para evitar áreas sensíveis e preservar habitats importantes. Implementar um plano de manejo sustentável para áreas verdes, priorizando a conservação da biodiversidade.
- Evite roçar áreas maiores do que o necessário.
- Implementar técnicas como a roçada seletiva, que preserva espécies desejáveis e reduz danos ao solo.
- Optar por equipamentos que minimizem a emissão de poluentes e o impacto sonoro.
- Estabelecer um programa de monitoramento para avaliar os impactos da roçada e a eficácia das medidas mitigadoras.
- Capacitar os trabalhadores sobre práticas sustentáveis e a importância da preservação ambiental.
- Observar a área roçada para identificar possíveis impactos e tomar medidas corretivas.
- Reaproveitar resíduos como **composto orgânico** para jardins públicos ou projetos de paisagismo.
- Adotar métodos alternativos em áreas sensíveis
- Os materiais oriundos do serviço de limpeza e roçada, deverão ser destinados para locais devidamente licenciados.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	Nível	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Conduta	
1	Não previsão no Plano de Contratação Anual e Plano Orçamentário	1	Impactos de ordem orçamentária, entretanto, afetam a contratação	1		Baixo	Ajustar o PCA vigente. Planejar com atencendências as demandas	Mitigar
2	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação	3	Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo	3		Alto	Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas analises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
3	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo de compras	1	Especificações insuficientes ou incompletas podem prejudicar a contratação. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse do mercado, não se contratar o suficiente ou se contratar além do necessário. Não se atenderia de forma plena o interesse público	3		Médio	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado	Mitigar
4	Servidores em quantidade ou qualificação inadequada - servidores não detém as competências multidisciplinares necessárias	2	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com a contratação	2		Médio	Aumentar o número de servidores envolvidos, bem como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de compras	Evitar
5	Pesquisa de mercado insuficiente	2	Subestimada as opções de mercado, o que poderá causar restritividade no futuro certame licitatório. Bem como imprecisão do valor médio para a contratação	3		Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Ampliar a pesquisa de mercado	Evitar
6	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a execução do Contrato)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	1		Baixo	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras	Evitar
7	Cotações de preços para formação do preço médio da contratação elevados ou demasiadamente baixos	2	Prejuízo ao erário Público ou desinteresse de mercado	2		Médio	Capacitar o(s) servidorer responsáveis pela pesquisa de preços. Realizar ampla pesquisa de mercado	Evitar
8	Quantitativo subestimado ou superestimado	2	Não atendimento ao interesse público pela insuficiência da quantidade ou desperdício de dinheiro público no caso de superestimada a quantidade	3		Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Realizar um amplo mapeamento de necessidades	Evitar
			Indisponibilidade				Alto	Antes das contratações fazer reserva orçamentária para

Estudo Técnico Preliminar - ETP 0025201138

SEI 25.0.033655-1

pg. 11

9	Ausência de recursos orçamentários	2	orçamentária impedindo contratação ou inviabilizando o contrato, gerando prejuízo à Administração.	4
10	Falta de interessados no futuro certame licitatório	3	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
11	Impugnação do Edital ou documento equivalente	2	Suspensão ou revogação do certame licitatório. Não atendimento ao interesse público no que se refere a elaboração do processo licitatório. Dependendo do resultado final, pode culminar em retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	3
12	Licitação fracassada ou deserta	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
13	Apresentação de recurso quanto ao resultado final da licitação	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Dependendo do resultado, por gerar retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
14	Proposta inexecutável por parte da(s) Contratada(s)	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação. O que pode inclusive gerar a necessidade de novo processo licitatório	3
15	Contratada(s) se recusar(em) a assinar(em) o Contrato	2	Impossibilidade de contratar. Desistência quanto ao atendimento ao objeto da contratação. Necessidade de uma nova contratação	5
16	Contratada(s) sem capacidade técnica para atender(em) ao objeto da contratação	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	3

Alto	tal finalidade (LOA) ou se for o caso realizar a reprogramação orçamentária	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara nos termos do instrumentos de contratação. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Construir o processo de compras de forma adequada (tecnicamente se falando) com ampla pesquisa de mercado com exposição clara das condicionantes e especificidades da contratação	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação. Fazer análise do histórico de contratações neste sentido com objeto idêntico ou similar. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Realizar adequada instrução processual	Mitigar
Médio	Solicitar documentos de habilitação de forma suficiente a corroborar a proposta apresentada. Realizar diligências se necessário	Transferir
Alto	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência que apresentem estudo comparado realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos viáveis para o mercado	Mitigar/transferir
Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação, bem como disposição de sanções e penalidades no Edital visando evitar empresas inaptas de participar da licitação. Sem contar o fato da necessidade da avaliação da capacidade técnica da empresa.	Mitigar/transferir
	CAF fiscalizar e estar atenta quanto	

17	Descumprimento dos prazos para execução dos serviços	3	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	4
18	Falha na execução dos serviços - inexecução parcial ou total	3	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
19	Ausência de acompanhamento e fiscalização do futuro contrato	1	Distorções na execução do objeto contratado. Inexecução contratual. Não atendimento de forma plena a demanda	1
20	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	2	Não fiscalização adequada do objeto da contratação. Passível de inexecução contratual. Não atendimento de forma plena do interesse público	1
21	Contratada(s) não manter(em) a regularidade fiscal durante a execução do contrato	2	Falha na execução do objeto contratado (sem receber, a Contratada pode suspender a execução dos serviços)	2
22	Extinção contratual por descumprimento	2	Não atendimento ao interesse público. Paralisação dos serviços. Necessidade de uma nova contratação	5
23				

Classificação dos Riscos

Alto	a execução contratual. Se necessário notificar ou aplicação das devidas penalidades, no caso de descumprimento	Mitigar/transferir
Alto	Estar atento a empresa Contratada. Verificar constantemente a regularidade fiscal e demais documentação correlata. Notificar a Contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
Médio	Fiscalizar rotineiramente as condições fiscais e tributárias da Contratada. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Alto	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na extinção contratual. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na alteração do escopo da contratação.	

	Alteração do escopo da contratação	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
24	Falência da empresa(s) Contratada(s)	3	Não atendimento ao interesse público seja parcial ou total	4
25	Divergência com a(s) Contratada(s) sobre a prestação dos serviços no momento da execução	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	2
26	Alta incidência de períodos de chuvas	3	Poderá haver paralisação da execução do serviço, consequentemente, o comprometimento do prazo de entrega	4
27	Quebra, ausência ou falta de manutenção dos equipamentos utilizados para a prestação dos serviços	2	Não atendimento ao interesse público. Paralisação dos serviços	4
28	Circulação de pessoas não autorizadas e/ou animais no perímetro de execução do serviço	1	Poderá haver paralisação da execução do serviço, consequentemente, possibilidade de acidentes e atrasos na entrega dos serviços	1
29	Acidentes de trabalho oriundo da utilização de equipamentos ou não uso de EPIs	2	Máquinas e equipamentos inadequados, falta de treinamento dos funcionários, condições inseguras de trabalho. Poderá haver paralisação da execução do serviço	1
30	Destinação final realizada em local indevido	2	Afetar diretamente ou indiretamente o Meio Ambiente. Descumprimento de medidas de sustentabilidade que impossibilitam a reciclagem e/ou reutilização.	1
31	Poluição do sonora devido a utilização de máquinas	3	Afetar diretamente ou indiretamente a saúde pública	2
32	Falta de capacitação dos funcionários	2	Risco de acidentes, qualifade inferior dos serviços prestados	2
33	Inadequação técnica do serviço	1	Causas: Falta de qualificação da equipe contratada, equipamentos insuficientes ou defeituosos. Consequências: Roçada mal executada, retrabalho e desperdício de recursos.	2
	Falta de manutenção após a		Ausência de planejamento para	

Médio	Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Alto	Fiscalização constante. Contratação emergencial e nova licitação	Mitigar/transferir
Baixo	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Alto	Tentar construir um cronograma em que não haja tatno prejuízo em tempos chuvosos	Aceitar
Alto	CAF estar atenta a execução do contrato para evitar o descumprimento dos prazos	Transferir
Baixo	Realizar o devido isolamento da área para evitar o transito de pessoas não autorizadas	Mitigar/transferir
Baixo	CAF estar atenta a execução do contrato de acordo coma legislação relacionada a segurança do trabalho	Transferir
Baixo	Fiscalizar rotineiramente a documentação referente a destinação do material em aterro licenciado. Treinamento adequado dos funcionários, uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e manutenção preventiva das máquinas.	Transferir
Médio	Atentar-se a utilização do maquinário e dos devidos EPIs aos envolvidos na realização do serviço.	Mitigar/transferir
Médio	Contratada realizar treinamento periódico junto a seus funcionários. CAF fiscalizar de perto a execução dos serviços	Transferir
Baixo	Exigir comprovação de experiência prévia do contratado. Realizar vistorias periódicas durante a execução.	Transferir
Baixo	Montar um cronograma de	

34	roçada	1	manutenção periódica após a execução inicial.		2		Baixo	manutenções periódica dos imóveis	Evitar
						Risco Geral	Médio		
Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos	
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Pouco provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5	Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5	0	Muito Baixo	Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Obs Coi
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		

2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

CONCLUSÃO:

a) Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução (**é a contratação de empresa especializada para a realização do serviço de roçada nos terrenos adquiridos pela Secretaria de Educação, através do Sistema de Registro de Preços**) descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

b) No mais, diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida.



Documento assinado eletronicamente por **Erico Rafael da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 17/04/2025, às 10:00, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Calegari Feldhaus, Secretário (a)**, em 17/04/2025, às 11:31, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ademar Stringari Junior, Gerente**, em 22/04/2025, às 13:59, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0025201138** e o código CRC **91D1875E**.

Rua Itajaí, 390 - Bairro Centro - CEP 89201-090 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.039665-1

0025201138v4